



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11666 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM GOIÁS

Cristiane Ribeiro dos Santos - UFG - Universidade Federal de Goiás

Ivone Garcia Barbosa - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM GOIÁS

Introdução

O movimento histórico de consolidação da Educação Infantil (EI) como etapa do sistema educacional e no campo de pesquisas após a construção do ordenamento legal (BRASIL, 1988, 1990, 1996), acirrou os debates sobre as possibilidades de se garantir a educação de qualidade socialmente referenciada para a primeira etapa da Educação Básica. Diversos teóricos dedicaram-se a essa questão (BARBOSA, 2013, 2019; KUHLMANN JR., 2000; ROSEMBERG, 2002; KRAMER, 2006, entre outros) e apontaram a formação dos professores para o atendimento não doméstico de crianças de até seis anos de idade como um dos maiores desafios.

De acordo com nosso ponto de vista, uma educação fundamentada nos princípios da democracia e de emancipação humana, para as crianças e seus professores, tem na formação do magistério uma dimensão primordial. Destacamos a formação continuada (FC) enquanto um direito das professoras da EI, devido à função orgânica da profissão em sua natureza intelectual, científica, social e política e na responsabilidade de mediadoras entre as crianças e o patrimônio cultural produzido por diversos grupos humanos. É nítido que o exercício da docência exige processos formativos continuados, científicos, acadêmicos de níveis mais elevados. Tal formação, segundo de Kátia Silva (2001, p. 13) “[...] não se constrói em alguns anos de curso, ou mesmo pelo acúmulo de cursos, técnicas e conhecimentos, mas pela reflexão coletiva do trabalho, de sua direção, seus meios e fins, antes e durante a carreira profissional”. Isso não poderia se consolidar distante de políticas de FC que garantam a permanência dos professores da EI em seus estudos após a formação inicial e que se tornem constante na carreira, refletindo sobre as necessidades objetivas da escola pública e seus docentes. De acordo Helena Freitas (2014), o apoio permanente de estados e municípios

desfavorece a profissionalização e mantém a desigualdade social.

Diante dessa prerrogativa, realizamos uma pesquisa que considerou diversos aspectos ligados à nossa trajetória profissional e às diversificadas pontuações sobre equívocos em relação à práxis cotidiana e às especificidades da educação e cuidados das crianças de até seis anos de idade. Notamos que, na concretude do trabalho docente na EI muitas ações direcionadas às crianças encontram-se fundadas no imediatismo, sem a devida teorização ao longo das ações pedagógicas, mesmo no caso em que as professoras já houvessem realizado cursos de especialização, aprimoramento ou de extensão ofertadas por instituições de Ensino Superior. Outro ponto que nos chama a atenção é que no levantamento teórico-bibliográfico na base de dados da Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES), verificou-se um contexto assimétrico na produção científica nacional (2015 a 2020) em relação a formação continuada de professores da EI entre as regiões brasileiras, sendo a maioria das pesquisas realizadas na região sudeste, havendo pouca expressividade quantitativa da região Centro-Oeste.

Nossas investigações pretendem colaborar na superação dessa desproporcionalidade, apostando-se, assim, no estudo de regiões geográficas não alcançadas pelas pesquisas. Dentre vinte municípios que acenaram positivamente para a realização da pesquisa em Goiás, optou-se em propor uma investigação sobre aspectos destacados por professoras da EI de sete municípios do interior do Estado: Orizona, Paraúna, Damolândia, Hidrolândia, Trindade, Santo Antônio de Goiás, Nova Veneza. Além da relevância desse aspecto na pesquisa, outro dado da realidade do professorado da EI acerca da formação continuada deve ser assinalada: segundo dados do INEP (2020, p. 339) apenas 34,8% dos professores desta etapa são pós-graduados. Entre as demais modalidades de ensino, a EI tem o menor índice de acesso dos professores aos cursos de pós-graduação. Tendo por referência esse contexto de desigualdade histórica de tratamento da EI em relação às outras etapas, a pesquisa se tornou importante para o campo de estudo do magistério público com ênfase na formação de professores da EI. Desse modo, a questão central da pesquisa apresentada no presente texto buscou analisar, segundo a perspectiva de docentes dos municípios do Estado de Goiás, os cursos de FC oferecidos às professoras de EI e as possíveis contribuições daqueles na constituição de uma práxis docente crítica e emancipatória. Devido ao período pandêmico ainda em vigor, utilizamo-nos de um questionário on-line direcionado às professoras participantes. O questionário foi composto por 57 questões em três eixos: Perfil Pessoal, Formação Inicial e Formação Continuada.

Em relação ao método de investigação, compreendemos que a formação continuada das professoras da EI é constituída e se constituiu ao longo da história por inúmeros determinantes, dentre eles, a legislação oficial, o trabalho docente, como o poder executivo de cada Município valoriza este processo formativo, as condições de trabalho, os salários coerentes com a profissão e as imposições nos planos de carreira do magistério público implementadas ao nível municipal. Para essa árdua tarefa, assumimos o método dialético, orientado pelo materialismo histórico, visando uma leitura crítica da realidade, apoiadas nos escritos de estudiosos como Ivone Barbosa (2004, 2011, 2019), Freitas (2014), Frigotto (2006), Gaudêncio Frigotto (2006), José Paulo Netto (2011) e Karl Marx (2007), Silva (2001), entre outros autores, além de entidades acadêmico-científicas e entidades sociais organizadas de abordagem marxista.

Formação continuada: da análise documental, da legislação e a escuta de professoras da EI

Para análise documental pontuamos três marcos legais que regulamentaram a formação continuada de professores da EI: Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Plano

Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais, destacando o contexto histórico, político e social de implementação das legislações e as influências dos organismos internacionais – Organização das Nações Unidas para Educação (Unesco) e Banco Mundial (BM). Também trouxemos para o debate as teses de defesa dos movimentos sociais organizados, destacando a produção da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE). A análise dos documentos oficiais nos permitiu desvelar as contradições nas políticas de formação para o magistério, um projeto neoliberal de desqualificação na formação do professorado e acirramento da exploração dos “formadores da classe trabalhadora”. Concernente às professoras da EI essa realidade ainda consegue ser mais agravante, deixando a maioria excluída das possibilidades de continuar estudando em cursos de pós-graduação *Lato sensu* e *Stricto sensu*. Segundo dados do INEP (BRASIL, 2020, p.314), as redes municipais em 2019 apresentaram o menor percentual, 45,8% de professores com cursos de pós-graduação, assinalando-se que, conforme a legislação, a EI está sob a responsabilidade dos municípios.

Na etapa empírica da pesquisa, contamos com apoio do Fórum Goiano de Educação Infantil para um primeiro contato com os municípios, no qual apresentamos a pesquisa e solicitamos a participação. Enviamos modelo do termo de anuência e o ofício dirigido às secretarias de educação de 167 municípios, com os quais houve comunicação por e-mail e telefone, durante o ano de 2021. Obtivemos resposta de 26 municípios por meio da assinatura da anuência. Assim, foi enviado para professoras dos 26 municípios um questionário *on-line* (formulário do Google forms) juntamente com o Termo de Livre Esclarecido. Recebemos devolutiva com 101 questionários respondidos por professoras dos municípios goianos integrantes dessa pesquisa.

Os resultados preliminares apontam para uma omissão do poder público ao se tratar da formação continuada das professoras da EI. O levantamento de dados dos sete municípios goianos de abrangência da pesquisa, indicam a urgência de analisarmos a precarização do trabalho docente e a privatização da formação continuada, havendo predominância de propostas de instrução/treinamento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Há, pelo que foi possível concluir, uma ausência de formulações de políticas efetivas de formação continuada para as professoras, impossibilitando a construção de uma sólida formação teórica, ao que se constitui uma das premissas fundamentais para o trabalho docente crítico, consciente e emancipatório, conforme indicam o aporte teórico marxista estruturante dessa investigação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, I. G. O método dialético na pesquisa em educação da infância: desafios e possibilidades para a Psicologia e a Educação. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, Rio de Janeiro, ano 4, n. 2, 2º semestre de 2004. Disponível: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/11142>. Acesso em: 11 de dezembro de 2021

BARBOSA, I. O. Formação de professores em diferentes contextos: historicidade, desafios, perspectivas e experiências formativas na educação infantil. **Póiesis Pedagógica**, Catalão-GO, v.11, n.1, p. 107-126, jan/jun. 2013.

BARBOSA, I. G. Educação Infantil e formação de professores: relações e contradições entre trabalho, formação e Base Comum Curricular (BNCC) Trabalho encomendado no GT 07/ Educação de crianças de 0 a 6 anos. **Anais da 39ª Reunião Anual da ANPEd**. Niterói, RJ, outubro de 2019. Disponível em: http://http://anais.anped.org.br/sites/default/files/gt07_trabalho_encomendado_formatado_39_rn_-_3_ivone_garcia_barbosa.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2022.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020** [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível: <https://www.gov.br/inep/ptbr/areas-de-atuacao/gestao-do-conhecimento-e-estudos-educacionais/estudoseducacionais/relatorios-de-monitoramento-do-pne>. Acesso em 05 de março de 2022.

FREITAS, H. C. L. PNE e formação de professores: contradições e desafios. **Retratos da Escola**, v.8, n.15, p. 427-446, Brasília, 2014.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In. FAZENDA I. C. A. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. ed. 10, São Paulo, Cortez, 2016, p. 69-90.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/ é fundamental. **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 797-818, 2006.

KUHLMANN JUNIOR, M. História da Educação Infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 5-19, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 de julho de 2021.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 115, p. 25-63, mar. 2002.

SILVA, K. A. P. C. **Articulação teoria e prática na formação de professores: a concepção oficial**. 2001, 168f. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.